

PROJETO DE LEI N.º 3.581, DE 2012

(Do Sr. César Halum)

Altera a redação do § 2º do art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de imagens nos rótulos de bebidas alcoólicas.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1115/2011.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º	 	 	 	

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: "Evite o Consumo Excessivo de Álcool", além de imagens realistas que ilustrem as repercussões negativas do abuso do álcool sobre a saúde humana."(NR)

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.294, desde sua publicação em 1996, portanto há quase dezesseis anos, determina que os rótulos de bebidas alcoólicas exibam advertência contra o uso excessivo de álcool. No entanto, não há registro de que o consumo de bebidas alcoólicas tenha diminuído, ou pelo menos estacionado, devido à leitura da mensagem. Isso se dá simplesmente porque, apesar de a mensagem estar presente e legível, falta-lhe impacto. O consumidor que lê a mensagem não visualize as verdadeiras consequências do abuso de álcool.

O presente projeto de lei visa a mudar tal situação, obrigando a inclusão, além da mensagem, de imagens realistas ilustrativas sobre os males do álcool nos rótulos de bebidas. Além de ler a advertência, a pessoa terá sua atenção atraída para uma imagem impactante, amplificando sobremaneira o efeito da mensagem, a exemplo do que já existe nos maços de cigarros.

Por ter convicção do mérito da proposição, submeto-a a meus pares, pedindo-lhes o apoio e os votos para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2012.

Deputado CÉSAR HALUM PSD/TO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.294 DE 15 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre as Restrições ao Uso e à Propaganda de Produtos Fumígeros, Bebidas Alcoólicas, Medicamentos, Terapias e Defensivos Agrícolas, nos Termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

